



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

06 de janeiro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Panorama	Data: 06/01/2015
Assunto: Merenda Escolar		Página: 10

Notícias do Dia

Agricultura familiar

A Secretaria de Educação assinou, no final do ano, um contrato de R\$ 8,07 milhões com 18 cooperativas do Estado para incorporar produtos da agricultura familiar na merenda escolar. Entre as selecionadas estão a Cooperrica, a Coafer, a Coperaqui e a Nosso Fruto, todas apoiadas pelo Programa SC Rural que, nos últimos três anos, deu apoio técnico e financeiro para 90 cooperativas em Santa Catarina. A meta do secretário da pasta, Eduardo Deschamps, é fazer novas chamadas públicas para inserir mais produtos dos agricultores este ano, chegando a aplicação de 30% dos recursos da alimentação escolar com a agricultura familiar do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/01/2015
Assunto: Prova Brasil		Página: Online



O ENSINO PÚBLICO NO BRASIL: RUIM, DESIGUAL E ESTAGNADO

Esse é o retrato do ensino das escolas públicas brasileiras, de acordo com o resultado da Prova Brasil, que avalia alunos da Educação Básica

Fonte: Revista Época

Mais de 65% dos alunos brasileiros no 5º ano da escola pública não sabem reconhecer um quadrado, um triângulo ou um círculo. Cerca de 60% não conseguem localizar informações explícitas numa história de conto de fadas ou em reportagens. Entre os maiores, no 9º ano, cerca de 90% não aprenderam a converter uma medida dada em metros para centímetros, e 88% não conseguem apontar a ideia principal de uma crônica ou de um poema.

Essas são algumas das habilidades mínimas esperadas nessas etapas da escola, que nossos estudantes não exibem. É o que mostram os resultados da última Prova Brasil, divulgados pelo governo federal no final de novembro. A prova avalia, a cada dois anos, o desempenho de alunos do 5º e do 9º ano em português e matemática. É usada para compor o principal indicador de qualidade da educação do país, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os resultados revelam, no entanto, algo ainda mais perigoso que o baixo desempenho: a desigualdade. Enquanto em alguns Estados do Sul, como São Paulo e Santa Catarina, metade dos alunos tem aprendizado adequado em português, Estados como Alagoas e Maranhão não chegam a ter 20% (leia os gráficos abaixo). “Se a educação é um direito de todos, o direito de cada aluno que não aprende o considerado adequado vem sendo negado”, diz Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, organização sem fins lucrativos que atua para melhorar a qualidade da educação.

Diminuir a desigualdade no aprendizado é um desafio até para os Estados que bateram a meta de qualidade do governo, medida pelo Ideb. Em 2013, apenas quatro Estados bateram todas as metas de qualidade do Ideb, Goiás entre eles. Quando olhamos para o aprendizado dos alunos desse Estado, medido pela Prova Brasil, percebemos que apenas 24% dos alunos aprenderam o que deveriam em português, e somente 41% em matemática (no 5º ano).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Goiás teve Ideb 5,5, acima da meta de 4,9. Isso acontece porque o Ideb não mede apenas o aprendizado. Inclui também o fluxo de alunos, medido pela aprovação. A percentagem dos alunos com aprendizado adequado se mantém a mesma na maioria dos Estados desde 2011 (leia os gráficos abaixo). A desigualdade entre os que aprendem e os que não aprendem continua estável. O que fazer para diminuí-la?

“No Brasil, a desigualdade está ligada à infraestrutura das escolas”, afirma Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. “Redes maiores, com estruturas adequadas, laboratórios e bibliotecas e professores com melhor formação, são mais eficientes”, diz. Além do investimento em infraestrutura e nos professores, outra medida necessária é a adoção de um currículo nacional comum a todas as redes, que indique o que cada aluno deve aprender em cada etapa da escola.

Ao contrário de outros países, o Brasil não tem currículo nacional. Alguns Estados e algumas grandes cidades têm seus próprios currículos. A maioria, não – embora todos os Estados façam a mesma Prova Brasil, aplicada pelo governo federal. As questões são padronizadas, mas os conteúdos ensinados não. Não faz sentido. O governo também não tem critérios do que é um aprendizado adequado para cada série.

O critério usado nos gráficos desta reportagem é do Movimento Todos Pela Educação, uma organização não governamental que acompanha o desempenho da qualidade da educação nacional. O Ministério da Educação (MEC) deu início apenas neste ano a uma discussão sobre a elaboração de uma base curricular comum. Ela está prevista no Plano Nacional de Educação, lei sancionada em junho, que estipula metas de qualidade para a área.

A ausência de critérios para o aprendizado leva a uma segunda discussão sobre a Prova Brasil e o Ideb: até que ponto esse tipo de avaliação, chamada de avaliação padronizada, pode ser a única referência de qualidade para o governo (na elaboração de políticas públicas) e para as escolas (que precisam saber em que precisam melhorar)?

O Ideb, criado em 2007, é um dos maiores avanços em políticas públicas educacionais no Brasil. Os bons sistemas de educação, com raras exceções, usam esse tipo de avaliação como termômetro da qualidade. Como mostram os gráficos da página anterior, ele pode não ser suficiente para avaliar o ensino. “Esse tipo de prova não avalia nada, apenas mede”, afirma Ocimar Alavarse, especialista em avaliação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Ele é um retrato da vida real, não conta se ela é boa ou ruim. “Só o Ideb ou a Prova Brasil não dão subsídios para a discussão sobre políticas públicas”, diz Cara.

Para eles, uma avaliação padronizada precisa ser complementada com avaliações específicas em cada escola. O Plano Nacional de Educação prevê a análise de aspectos que podem captar a eficiência de cada escola – como a formação dos professores, a localização da escola, o perfil dos alunos e o envolvimento da comunidade. “São fatores que não estão voltados apenas ao aprendizado do aluno, mas acabam influenciando a qualidade do ensino”, diz Cara.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desde que a educação se tornou um direito garantido pela Constituição, há mais de 25 anos, duas grandes políticas públicas foram responsáveis pelo tímido avanço da educação brasileira: a universalização do ensino básico, que garantiu a matrícula de toda criança na escola, e o sistema de avaliação do ensino. A partir de agora, para dar o passo que falta na qualidade, o país precisa de ferramentas mais sofisticadas do que apenas vagas e uma prova padronizada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/01/2015
Assunto: Desafios		Página: Online



OS ENTRAVES DA "PRIORIDADE DAS PRIORIDADES"

Especialistas elencam os desafios da Educação e defendem o cumprimento das metas do PNE. Ministro assume o compromisso e avalia a alteração do currículo do Ensino Médio

Fonte: Correio Braziliense (DF)

A estagnação no desempenho de Alunos do Ensino médio que provoca a evasão Escolar é um dos principais desafios para o sucesso do lema “Brasil, Pátria Educadora”, lançado pela presidente Dilma Rousseff neste segundo mandato. Para ela, o setor será a “prioridade das prioridades”.

Os dados mais recentes do setor desenham um cenário assustador da última etapa da Educação básica. De acordo com levantamento do movimento Todos Pela Educação, mais de 90% dos estudantes terminaram o Ensino médio em 2013 sem o aprendizado adequado em matemática.

As notas do Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) também caíram nessa fase em 16 redes públicas estaduais, em comparação com 2011. Recém-empossado, o ministro da Educação, Cid Gomes, defendeu ontem uma reforma do currículo do Ensino médio para resolver o problema. Especialistas aprovam a alteração, entretanto ressaltam que a pasta deve ter como prioridade a coordenação do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no ano passado.

Na cerimônia de transmissão de cargo do antecessor Henrique Paim para Gomes, ontem, o novo ministro disse que espera implantar, no prazo de dois anos, a revisão do currículo do Ensino médio. Ele enfatizou que vai propor um amplo debate sobre a proposta, que considera necessária para aumentar a Escolaridade e o nível de aprendizagem dos jovens brasileiros. A revisão curricular deverá ocorrer simultaneamente a outro debate previsto no PNE: a definição de bases nacionais curriculares comuns no Ensino fundamental e médio. Essas bases indicarão conteúdos mínimos que devem ser aprendidos pelos Alunos em todo o país. “Esse é um processo que demandará muito diálogo, porque os sistemas no Brasil são autônomos. O que nós queremos, então, é caminhar para a unificação de um currículo básico e, no Ensino médio, particularmente, abrir um processo de discussão para examinar alternativas de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

aprofundamento por áreas e currículos que tenham identificação com realidades regionais.”

Para o Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília Remi Castioni, um dos principais problemas é a falta de conexão entre a última fase do antigo segundo grau e o cotidiano dos Alunos, além do volume de disciplinas previstas para a etapa. “Os conteúdos precisam mudar, para estarem ligados ao momento da vida do estudante e com uma dosagem que se encaixe no interesse dele. Para que tantos conteúdos? Talvez pudéssemos ter uma variação no Ensino médio. Essas questões estão colocadas e precisam ser avaliadas”, afirma o pesquisador. O especialista defende que o governo federal deve ter para si a tarefa de resgatar essa fase da Educação, embora os estados sejam os responsáveis.

Castioni lembra ainda que o perfil dos estudantes do Ensino médio — adolescentes e jovens — torna a tarefa de adequá-lo ainda mais desafiadora. “Muitas vezes, o Aluno está perdido. Ele não sabe para que serve aquele período. Tem a ideia de que é um caminho para se chegar a universidade, mas nem todos querem chegar lá. É importante que o jovem se decida e saiba o que está fazendo ali”, afirma.

O Professor da faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse destaca que Dilma Rousseff esperou o PNE ser aprovado para dar o enfoque na Educação. “Essa tramitação lenta no Congresso aconteceu para que fosse um plano com consenso e não só da base aliada”, avalia. Entre outras metas, a medida define, por exemplo, que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) serão destinados à Educação até 2024 (veja quadro). “O grande desafio é botar o PNE em movimento, porque ali, de alguma forma, estão concentrados todos os desafios”, afirma Alavarse.

Durante o discurso de posse, Cid afirmou que batalhará para cumprir todas as metas do acordo nacional. “Brasil, pátria Educadora. Este é o lema do segundo governo da nossa presidente. O Brasil, nos últimos 12 anos, teve grande êxito com políticas sociais e de segurança alimentar, permitindo que o país saísse do mapa da fome. Agora o novo desafio é o da inclusão pelo saber. A Educação é o caminho certo para o desenvolvimento humano”, disse.

Professores

Ao ser questionado, Gomes negou ter dito que Professores devem trabalhar por paixão e não por dinheiro. A suposta declaração do ex-governador do Ceará tem circulado pela internet e virou alvo de piadas e críticas. O ministro disse que o Professor precisa ter vocação, mas também uma boa remuneração. “O que eu disse é que qualquer servidor público, seja ele vereador, governador, médico, deputado, Professor, antes de qualquer coisa, precisa ter vocação. É um espaço que você tem por natureza. Claro que você tem que ter boa remuneração. Eu nunca disse que não. Seria um contrassenso porque sou filho de Professores. Até por experiência pessoal sei da importância de ter boa remuneração”, afirmou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“Os conteúdos precisam mudar, para estarem ligados ao momento da vida do estudante e com uma dosagem que se encaixe no interesse dele. Essas questões estão colocadas e precisam ser avaliadas”

Remi Castioni, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Desafios do “Brasil, pátria Educadora”

Metas do Plano Nacional de Educação que devem ser cumpridas até 2024:

Educação infantil

» Universalizar a Educação infantil na Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016. Ampliar a oferta de Educação infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o prazo final do PNE.

Ensino médio

» Garantir a matrícula de pelo menos 85% dos Alunos entre 15 e 17 anos no Ensino médio.

Educação integral

» Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das Escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos Alunos da Educação básica.

Alfabetização

» Elevar a taxa de Alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015. Até o fim da vigência do PNE, erradicar o Analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de Analfabetismo funcional.

Formação de Professores

» Formar 50% dos Professores que atuam na Educação básica em cursos de pós-graduação e garantir que os profissionais tenham acesso à formação continuada.

Valorização salarial

» Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação básica de forma a equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com Escolaridade equivalente, até o fim do sexto ano de vigência deste PNE.

Plano de carreira

» Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação básica e superior pública dos sistemas de Ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional.

10% do PIB

» Ampliar o investimento público em Educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país nos próximos cinco anos e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB até 2024.

Matéria publicada apenas em veículo impresso



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Editorial: Educação para o desenvolvimento

“Brasil, pátria Educadora.” Com o novo lema, Dilma Rousseff reafirma compromisso com a Educação no país. Ao eleger a Educação como o carro-chefe das políticas governamentais, a presidente tenta compensar um atraso de 50 anos, levando em conta o período de consolidação da indústria nacional. Hoje, o setor reclama mão de obra qualificada para os diferentes segmentos. No entanto, estudo feito pela ONG Todos Pela Educação (TPE), com base na proficiência dos Alunos nas avaliações da Prova Brasil e do Saeb, realizadas em 2013, revela uma situação dramática: apenas 9,3% dos Alunos do 3º ano do Ensino médio aprenderam o considerado adequado em matemática, e 27,2% em português — resultado abaixo do verificado em 2011, respectivamente, 10,3% e 29,2%.

A universalização do acesso, com qualidade, ao conhecimento formal exigirá muito das instâncias governamentais — federal, estadual e municipal. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2012) constatou que 13,2 milhões de pessoas com 15 anos ou mais são analfabetas. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, somente 11,27% da população brasileira com 25 anos ou mais tinham Ensino superior completo.

O Exame Nacional do Ensino médio (Enem) avalia o desempenho das Escolas públicas e particulares. Ele tem sido usado pelas universidades federais para selecionar os candidatos ao Ensino superior e aos programas desenvolvidos pelos estabelecimentos privados credenciados perante o Ministério da Educação. Em 2013, o Enem mostrou tímida melhora na comparação com o resultado de 2012. No universo de 10% das Escolas mais bem colocadas, 7,3% eram da rede pública — 107 entre 1.472 unidades.

A radiografia da Educação no país, produzida pelo governo, mostra que é preciso rever a aplicação dos recursos destinados ao setor, que recebe 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB), mas não produz os resultados esperados. Em 2013, a média salarial dos Professores chegava R\$ 2.299, mas não valia para todas as unidades da Federação. Em vários municípios, esse valor é proibitivo frente à capacidade orçamentária das prefeituras.

A infraestrutura educacional do país precisa ser revista. Menos de 1% das Escolas brasileiras dispõe de condições próximas do ideal: biblioteca, laboratório de informática e de ciências, quadra esportiva e dependências adequadas para os Alunos com deficiência. Pouco mais de 40% contam com água encanada, sanitários, energia elétrica, esgoto e cozinha.

Mais do que recursos é preciso gestão eficiente na aplicação do dinheiro, evitando desvios. Essa ação não pode ser de responsabilidade exclusiva da União. É fundamental que seja seguida por estados e municípios a fim que haja coesão e



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

fortalecimento da Educação como prioridade nacional. Essa opção deve ser desejo coletivo de todas as instâncias de poder, para, assim, eliminar as desigualdades.

Para que o nosso país seja uma pátria Educadora, é essencial rever os currículos, ofertar cursos de capacitação e atualização dos Professores, reparar as desigualdades que estratificam de forma negativa os Docentes e os estudantes. As Escolas precisam ser atraentes para os jovens, entre os quais ocorre maior evasão. Essas e outras demandas exigirão do governo uma revisão ampla da estrutura e das políticas destinadas ao setor, com sincera adesão dos estados e municípios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/01/2015
Assunto: Integração e valorização		Página: Online



VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR É ESSENCIAL PARA MELHORA DA EDUCAÇÃO, DIZ UNESCO

Especialistas dizem também que integração de projetos e ações entre governos federal, estadual e municipal é fundamental para desenvolvimento

Fonte: Bom Dia Brasil

A presidente Dilma Rousseff elegeu a educação como prioridade das prioridades. O Bom Dia Brasil mostrou no último ano os problemas em série nas escolas e nas universidades brasileiras. Problema não falta e nem dá para dizer que são novos. Serão muitos os desafios nos próximos quatro anos na área de educação. De acordo com especialistas ouvidos pelo Bom Dia Brasil, as soluções também não são novas, e passam pela valorização dos professores e pela integração de projetos e ações entre os governos federal, estadual e municipal.

De manhã, de tarde e de noite. Três turnos em escolas diferentes. A professora Cristina de Jesus adora o que faz, mas diz: “Eu acho que é demais. Às vezes eu chego em casa à meia noite, acabada e no outro dia tem que acordar cinco e meia, cinco e quarenta.” Se não for assim: “Meu salário não dá para suprir minhas necessidades”, explica a professora.

O piso salarial do professor é de R\$ 1697. Muitos não ganham nem isso. Para a Unesco, é uma das profissões mais desrespeitadas no Brasil. “Em outros países onde realmente a educação funciona bem, o professor é valorizado e respeitado. Aqui no Brasil, infelizmente nós caminhamos para o inverso. Temos que recuperar isso. É um aspecto que tem que ser a prioridade das prioridades, é o professor”, lamenta a coordenadora da Unesco no Brasil, Maria Rebeca Otero.

Até porque, um problema puxa o outro. “Não há qualidade na educação que não tenha bons professores”, explica Maria.

E os números confirmam. A qualidade do ensino médio piorou em 13 estados em 2013, considerando escolas públicas e particulares. E o desempenho nacional dos alunos e das escolas ficou abaixo da meta estipulada pelo governo. E há outros gargalos. O problema dos alunos fora da idade escolar. Quase metade dos jovens de áreas urbanas já deveria ter concluído o ensino médio. A maioria é da rede municipal.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É nos municípios também que o abandono é maior, 27,5% deixam de estudar, segundo o governo.

O ministério da Educação defendeu no primeiro mandato uma reforma do ensino médio que não saiu. Mudança que precisa ser feita, segundo o especialista em Educação Remi Castione. “Um formato onde se valoriza muito o conteúdo e disciplinas estanques, os espaços pedagógicos não são muito bem definidos. Não há integração curricular entre os professores e os professores também não tem formação adequada para o exercício das disciplinas para as quais ministram”, conta.

O aumento de escolas em tempo integral foi outra bandeira. A meta era que 60 mil passassem a ter um turno mais longo. Segundo o ministério, foi cumprida, mas de acordo com educadores, está aquém do necessário. Já nas creches, a promessa era entregar 6 mil. Ficaram prontas 2494.

Por falta de creche, Jéssica passou a trabalhar em casa para cuidar das filhas. “Eu não tinha com quem deixar as minhas filhas, melhor pedir demissão do que ser demitida por justa causa”, ela diz.

O Brasil ainda engatinha também na alfabetização de adultos. São 13 milhões sem ler e escrever. O país está entre as oito nações com pior índice, de acordo com pesquisa da Unesco.

Quanto as crianças, 15% chegam aos 8 anos sem estarem alfabetizadas. Foi o que levou o ministério da Educação a pôr em prática há dois anos e meio o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa. Um compromisso formal com governadores e prefeitos, que prevê formação de professores e material didático padronizado. Foi inspirado em um programa do Ceará, criado pelo novo ministro da Educação. Em Sobral, município cearense, deu certo. Em âmbito nacional, não foram divulgados resultados.

Para o doutor em educação, não basta ter bons projetos, é preciso integrar Governo Federal, com estados e municípios. Outro grande desafio deste mandato. “Muitas das questões que falham no campo educacional é porque a implementação vinda de cima para baixo sem contaminar e sem envolver as estruturas estaduais não se efetiva”, ele explica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/01/2015
Assunto: Novo ministro		Página: Online



OPINIÃO: O DESAFIO DE CID GOMES

"Novo ministro teve alguns bons resultados em Sobral e no Ceará, mas terá agora que liderar 27 estados e 5.570 municípios", afirma Antônio Gois

Fonte: O Globo (RJ)

Cid Gomes, ex-governador do Ceará, frequentou nos últimos anos o noticiário político nacional por causa de alguns atos polêmicos, como o pagamento de cachê de R\$ 650 mil só para Ivete Sangalo inaugurar um hospital público ou uma carona oferecida para a sogra em viagem oficial à Europa. Seria injusto, no entanto, julgar sua escolha para o MEC apenas por fatos como esses.

Cid pode não ser um técnico respeitado do setor, mas, como gestor, conseguiu alguns bons resultados na área. Desde a época em que foi prefeito de Sobral, sua equipe conseguiu que não apenas uma, mas praticamente toda a rede de Escolas do município, mesmo atendendo Alunos mais pobres, registrasse ótimos resultados no Ideb, principal indicador do MEC de qualidade de Ensino.

Parte da experiência de Sobral foi expandida para o Ceará, que registrou avanços consideráveis nos anos iniciais do Ensino fundamental. Uma de suas principais políticas, a de Alfabetização na idade certa, inclusive, inspirou um programa federal.

Também foi re conhecida a estratégia de perseguir para valer a ideia de que toda criança precisava estar na Escola aprendendo, nem que para isso fosse necessário, como feito em Sobral, bater de porta em porta em busca de Alunos faltosos. O Brasil, no entanto, não é só Sobral, e a própria reforma educacional cearense ainda precisa provar que é sustentável no longo prazo.

Os bons resultados dos primeiros anos do fundamental por lá ainda não chegaram ao final do Ensino médio, que, tal como no restante do Brasil, segue em nível insatisfatório. Mesmo assim, Cid já assume com o desafio de liderar 27 estados e 5.570 municípios, num cenário em que as metas de qualidade acordadas desde 2006 no Ideb ficarão cada vez mais difíceis de serem alcançadas, especialmente se continuarmos fazendo mais do mesmo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 06/01/2015
Assunto: Prova Brasil	Página: Online	

DE JORNAL AFRICANO DO BRASIL - N.º 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Novo ministro da Educação quer prova Brasil Anual

O novo ministro da Educação, Cid Gomes, afirmou nesta segunda-feira (5) que quer uma avaliação anual dos estudantes da educação básica de rede pública. Hoje, esse exame - a chamada Prova Brasil - é aplicado a cada dois anos.

"É fundamental que a gente estabeleça metas [para a educação básica]. Metas de acesso, metas de regularidade, metas de aprendizado e avaliações permanentes. Eu, por exemplo, pretendo fazer com que as avaliações, hoje feitas de dois em dois anos, possam ser feitas anualmente", afirmou Gomes em entrevista ao "Bom dia Brasil", da Rede Globo.

A Prova Brasil avalia conhecimentos em português e matemática dos alunos do 5º e 9º anos do fundamental e, aliado às taxas de aprovação dos estudantes, compõe o Ideb, índice federal de qualidade da educação.

AVALIAÇÃO DE DIRETORES

O ministro indicou que, inicialmente, pretende aplicar uma avaliação dos diretores das escolas, mas destacou que a iniciativa tem "como premissa fundamental a voluntariedade".

"É fundamental escola com bons diretores, [eles] fazem diferença. (...) Nós pretendemos, com avaliações, estimular os Estados a adotarem [as avaliações] e o Governo Federal poder ajudar no financiamento, melhorar o salário, e na sequência fazer isso [prova] com professores.

No caso dos professores, ponderou Cid, a avaliação poderia ser utilizada como "passaporte para o ingresso" do profissional na carreira docente, em vagas ofertadas por Estados ou municípios.

ENSINO MÉDIO

Cid Gomes reconheceu que o ensino médio é atualmente "o setor da educação que tem os piores resultados" e defendeu a possibilidade de o jovem, nessa etapa do ensino, ter



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

acesso a "currículos diferenciados", a exemplo do que afirmou em cerimônia de transmissão de cargo.

Na ocasião, ele afirmou que pretende definir um novo currículo para o ensino médio no prazo de dois anos.

"[O estudante poderia cursar] algumas disciplinas que sejam base do currículo e outras disciplinas que possam ser opcionais, segundo a vocação e o gosto de cada estudante." Para ele, o ensino integral, outra prioridade da presidente Dilma Rousseff, deve ser estimulada em regiões periféricas, "onde há indicadores de violência maior".